



Objetivos

A proposta deste texto é ajudar você a:

- compreender as relações entre diferentes contextos da sociedade e as implicações para a educação;
- problematizar os efeitos da racionalidade política neoliberal para a educação na Contemporaneidade.

Iniciando o estudo

Para que possamos analisar a produção de políticas públicas educacionais e a circulação de discursos que operam sobre o funcionamento da escola e do trabalho dos professores, é preciso, como futuro docente, que você atente para algumas condições que possibilitam que certas políticas e certos discursos sejam colocados em evidência na atualidade.

Portanto, para compreender o porquê de alguns princípios e algumas estratégias ocuparem a vitrine da educação contemporânea, convidamos você para refletir sobre a operação de práticas educacionais que investem sobre os sujeitos de modo a maximizar e potencializar suas características, para que possam obter êxito em seus itinerários formativos e, portanto, contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Dessa maneira, a proposta deste texto é pensarmos juntos sobre algumas tramas entre o que se entende como racionalidade política neoliberal e a educação.

Neoliberalismo e educação: interconexões entre política, economia e o social

Ao olhar para o contexto atual da educação, vamos nos deparar com diferentes investimentos que são decorrentes de mobilizações políticas, sociais, culturais e econômicas. Considerando-se a importância de atendimento de algumas metas e objetivos globais, a educação brasileira tem sido pulverizada constantemente por programas, propostas e políticas que visam à melhoria dos índices educacionais da população.

O acesso ao ensino e a formação da população tornam-se uma prática importante para desenvolver a economia e fazer com que o Brasil se movimente em busca de mudanças dos índices de pobreza, baixa escolarização e inserção precária no mercado de trabalho, mantendo-se numa posição em que apresente melhores condições de competição em âmbito global. De acordo com Schultz (1987, p.16, grifo do autor) “[...] os fatores decisivos são *a melhoria da qualidade da população e os avanços nos conhecimentos*”, o que posiciona o investimento em educação como uma necessidade, já que “[...] a aquisição de informações e aptidões através do ensino escolar e outros investimentos na saúde e no ensino escolar podem melhorar a qualidade da população” (p.20), ou seja, a educação contribui para melhorar as condições de vida da população.

Nessa esteira, o desenvolvimento, entendido como um propósito das práticas educacionais, envolve a ampliação das possibilidades, potencialidades e produtividade dos sujeitos. Isso significa que quando buscamos investir na nossa formação, no nosso crescimento pessoal, estamos, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

À medida que cada sujeito de uma população desenvolve condições de autogestão para participar das redes de mercado, fortalecem-se economicamente os países que conduzem esses indivíduos e essas

populações. Tal fortalecimento imprime nesses países condições de participação na esfera econômica internacional e, assim, o ciclo de oferta e concorrência do capitalismo, que alimenta e é alimentado pela lógica neoliberal, estará também fortalecido (MENEZES, 2011, p. 131).

Conforme Foucault (2008), na racionalidade neoliberal, o essencial do mercado não se encontra na troca, mas na concorrência. Diante disso, é preciso investir para que cada um possa minimamente garantir-se por si mesmo, “[...] não a transferência de uma parte da renda ao outro, mas a capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 197).

E como isso tem produzido formas de sermos sujeitos na atualidade? O crescente discurso sobre a necessidade de estarmos em permanente aperfeiçoamento mobiliza a todos na busca incessante por novas formas de participação. Estamos, recorrentemente, dispostos a atrelar um projeto noutro. Quantos de nós que, ao vislumbrar a finalização de um curso, já estamos mirando outro investimento, e mais outro. É uma maneira de termos a sensação de estar incluído, de ser mais apto e de ocupar níveis mais elevados de produtividade.

Há um fluxo de novas necessidades, expectativas e indicadores que nos obriga a prestar contas continuamente e a ser constantemente avaliados. Tornamo-nos ontologicamente inseguros: sem saber se estamos fazendo o suficiente, fazendo a coisa certa, fazendo tanto quanto os outros, fazendo tão bem quanto os outros, numa busca constante de aperfeiçoamento, de ser melhor, ser excelente, de uma outra maneira de tornar-se ou de esforçar-se para ser o melhor – a infundável procura da perfeição (BALL, 2005, p. 549).

Assim, estar incluído na escola, no mercado de trabalho, na universidade, e seguir os princípios de uma racionalidade na qual o mercado é onipresente tornou-se essencial a todos nós. Os programas de Governo e as políticas públicas têm sinalizado a importância do investimento em qualificação, de preparar-se para a vida em sociedade.

Considerando que a governamentalidade neoliberal funciona buscando a maximização da competição, o ingresso e manutenção nos jogos sociais é uma

regra a ser seguida por todos. Para Foucault (2008), o que importa nessa lógica não é a força de trabalho, mas a de um capital entendido como competência, como aptidão do sujeito que funciona como uma empresa para si mesmo, cujo capital não se encontra dissociado dele mesmo, constituindo-se assim como uma renda para si.

Na racionalidade política do presente, as políticas educacionais, interligadas com a governamentalidade neoliberal, colocam aos sujeitos novas formas de relacionarem-se consigo mesmos e com os outros, de maneira que se torna fundamental que cada um invista em sua performance como uma condição para uma colocação mais competitiva na sociedade. Isso implica dizer que “[...] o *status* de cada um é determinado, em última instância, pelo grau e pela qualidade de capital humano que foi acumulado através da educação” (GADELHA, 2009, p. 160). Nessa moldura de governo da população, as pessoas são ensinadas a potencializar suas habilidades e competências de maneira que quanto mais produtivas forem, mais impulsionam o desenvolvimento da sociedade.

A partir dessa visão, a educação teria um papel fundamental na descoberta e no cultivo de talentos e na preparação dos indivíduos para viverem em uma economia dinâmica, dois elementos fundamentais na lógica do capitalismo flexível. A educação será um caminho para que o indivíduo aprenda a ser empresário de si mesmo e a ser um autogestor (KLAUS, 2011, p. 175).

Diante do que vimos até agora, podemos compreender que o desenvolvimento está conectado com a educação em uma certa relação de dependência, pois para uma maior produtividade e inclusão da população no jogo econômico, necessita-se de habilidades e competências para a gestão da própria vida, o que a educação assume como um propósito na atualidade. Então, investir na educação significa investir no desenvolvimento, e nesta governamentalidade neoliberal esse desenvolvimento diz respeito ao crescimento da economia.

Desse modo, apresentam-se novas exigências para a educação, a de que é preciso formar sujeitos cada vez mais dinâmicos. O trabalho na sociedade

capitalista contemporânea não prioriza o uso do corpo como na fábrica, mas do cérebro, sendo as características mais solicitadas a criatividade, a flexibilidade, o dinamismo, a capacidade de criação (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009). Tais habilidades são tomadas como um capital dos indivíduos que precisam estar sempre disponíveis a aprender, a se reconfigurar, aptos a fazer as melhores escolhas.

Antes, para a realização do trabalho na fábrica, as pessoas necessitavam aprender uma operação instrumental e técnica, e desempenhá-la de modo a contribuir para o aumento da produção. A disciplina, a rotina e o controle do tempo eram fundamentais para a eficiência do capitalismo industrial, cujas funções a serem desempenhadas eram fixas e determinadas previamente, pois voltavam-se à produção em série e padronizada.

É no final do século XX que os modos de compreender a sociedade industrial vão mudando. Sennett (2006) diz que as mudanças econômicas que marcam esse período são complexas, as empresas passam a se organizar a partir de um poder acionário e não mais gerencial, os resultados buscados pelos investidores são de curto prazo e não a longo prazo, e por último o autor indica o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e manufatura, sendo a comunicação agora instantânea e em escala global.

No contexto de tais mudanças, solicita-se do trabalhador novas habilidades e competências, mais iniciativa e capacidade empreendedora, trata-se de “[...] um indivíduo constantemente adquirindo novas capacitações, alterando sua ‘base de conhecimento’” (SENNETT, 2006, p. 47, grifo do autor). O novo capitalismo empresarial é flexível, o tempo destinado ao trabalho continua sendo controlado, porém agora perpassado pela flexibilidade.

Para Sennett (2015), essa flexibilização do tempo não significa que as pessoas tenham maior liberdade em comparação com o regime da fábrica, pois essa flexibilidade acaba por envolver o trabalho em muitos espaços e tempos da

vida privada, e não apenas naqueles períodos na empresa, um exemplo disso é o aumento das horas dedicadas ao trabalho em casa. A flexibilidade é assim a marca da atualidade, ela impõe novos modos de controle, não apenas do tempo, mas dos itinerários de vida dos sujeitos.

Diante disso, e com a consolidação dos princípios neoliberais no Brasil, as pessoas precisam estar preparadas para atuar num mercado de trabalho cada vez mais móvel e em constante transformação. Na sociedade regida pelo neoliberalismo, temos nos deparado, de maneira recorrente, com expressões como fluidez, aceleração, agilidade, curto prazo, flexibilidade, mudanças, são exemplos de palavras que nos causam, muitas vezes, a sensação de insegurança e de instabilidade num mundo em que as coisas já não têm uma durabilidade prevista.

Ao abordar a questão da estabilidade, Bauman (2001, p. 173) diz que “[...] seu estabelecimento paralisaria o movimento e fugiria da desejada competitividade, reduzindo *a priori* as opções que poderiam levar ao aumento da produtividade”. Nesse sentido, segundo o autor, a produtividade, o lucro e a competitividade estão muito mais vinculados às ideias do que aos objetos materiais.

Logo, cabe à educação investir na formação de um sujeito que desenvolva todas as habilidades e competências necessárias para atuar de maneira consciente e livre na sociedade, de modo a realizar as melhores escolhas e manter-se em permanente processo de busca, de inclusão nas redes de mercado.

É fundamental que aprendamos nesses movimentos o necessário para que possamos garantir, por nós mesmos, as condições para estarmos e para permanecermos dentro de redes produtivas que se mantêm sob uma base de trabalho seja material, seja imaterial (LOPES, 2009, p. 156).

Desenvolvidas as habilidades e competências necessárias para conduzir sua própria vida, cabe a cada um aproveitar as oportunidades que lhes são disponibilizadas para melhorar sua produtividade. “Aprender significa, cada vez

menos, aprender sobre *algo*; crescentemente, deve-se aprender a *ser alguma coisa*' (BALL, 2013, p. 150, grifos do autor).

Visto desse modo, podemos entender que habilidades e competências, consideradas um capital imaterial, podem ser acumuladas por qualquer pessoa, independentemente de sua classe social. O acúmulo de capital humano depende de cada indivíduo, dos investimentos que faz em si mesmo, da maneira como toma sua vida enquanto um empreendimento particular, como uma empresa da qual se torna o principal investidor. Ball (2013) considera que o sujeito empreendedor está articulado com uma política de aprendizagem ao longo da vida, pois estaria aí implicada a produção de um novo tipo de trabalhador, cidadão e aprendiz.

Assim, podemos constatar que a questão do trabalho está em evidência na sociedade e em estreita relação com a educação permanente. Com os investimentos em educação, busca-se agir sobre as condutas da população de modo que todos tomem os princípios da concorrência e da competição como diretrizes a serem seguidas, inclinados assim a fazer o maior número de investimentos possíveis em si para que possam ocupar melhores posições no jogo econômico. É comum percebermos os olhares desconfiados que se voltam àquelas pessoas que não se encontram em situação de trabalho ou, então, realizando qualquer tipo de qualificação. Esses sujeitos, assim como aqueles que dependem da Assistência Social, são considerados, muitas vezes, um peso para a sociedade.

Pensar numa formação permanente, numa educação ao longo da vida e num sujeito que precisa estar sempre disponível a aprender diz respeito à responsabilização de cada um por suas vidas, por seus desempenhos e performances. A condução da população na governamentalidade neoliberal posiciona todos e cada um como responsáveis por suas trajetórias e riscos.

Concluindo o estudo

Chegamos ao final desta nossa primeira empreitada. Esperamos que você tenha compreendido que, para promover a produtividade, é preciso o desenvolvimento do capital humano das pessoas. Sendo assim, um dos principais objetivos da educação é promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para que a pessoa possa fazer um melhor gerenciamento da sua própria vida, visando migrar da escola para outros contextos educacionais e sociais, especialmente inserindo-se no mercado do trabalho.

Portanto, educar as pessoas para que possam estar incluídas, de maneira produtiva; investir numa aprendizagem que não se esgota, estendendo-se ao longo da vida; e desenvolver um capital humano que permita às pessoas competirem no mercado, acabam mobilizando a economia e, dessa maneira, o desenvolvimento do Brasil.

Referências

BALL, S. J. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 144-155, maio/ago. 2013.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978- 1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KLAUS, V. **Desenvolvimento e governamentalidade (neo)liberal**: da

administração à gestão educacional. 2011. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009.

MENEZES, E. da C. P. de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ROSE, N. **Inventando nossos selves**: psicologia, poder e subjetividade. Tradução Arthur Arruda Leal Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago. 2009.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo**: o segredo econômico da qualidade da população. Tradução Elcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.